

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
EM Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da EM Participações S.A., (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EM Participações S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante		2.209	1.361
Caixa e equivalentes de caixa	5	129	434
Aplicações financeiras	14	413	-
Tributos a compensar	6	84	104
Dividendos a receber	7 e 8	1.583	823
Não circulante		333.339	549.709
Realizável a longo prazo		6	6
Depósitos judiciais		6	6
Investimentos		333.333	549.703
Participações em controladas em conjunto	8	333.333	549.703
Total do ativo		<u>335.548</u>	<u>551.070</u>
Passivo			
Circulante		1.056	958
Tributos a pagar		19	-
Contas a pagar		2	2
Juros sobre capital próprio a pagar	7	1.033	955
Outras obrigações	7	2	1
Patrimônio líquido	9	334.492	550.112
Capital social		91.108	86.791
Adiantamento para futuro aumento de capital		27	27
Reserva de capital - Reflexa		17.130	17.130
Reserva de lucros		103.878	96.019
Ajustes de avaliação patrimonial em controladas em conjunto		122.538	293.989
Transações de capital de controladas em conjunto		(189)	(189)
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>335.548</u>	<u>551.070</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações)

	Notas	2022	2021
Resultado operacional		17.761	9.029
Resultado de equivalência patrimonial	8	17.761	9.029
Outras despesas operacionais		(88)	(59)
Despesas gerais e administrativas	10	(30)	(59)
Despesas tributárias	11	(58)	-
Resultado financeiro, líquido	12	(48)	(22)
Receitas financeiras		31	3
Despesas financeiras		(79)	(25)
Lucro líquido do exercício		17.625	8.948
Quantidade de ações do capital social		9.152.399	9.152.399
Lucro líquido por ação do capital social em reais - R\$		1,93	0,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>17.625</u>	<u>8.948</u>
Outros resultados abrangentes	<u>(225.984)</u>	<u>54.419</u>
Ajuste patrimonial de títulos disponível para venda reflexo de controladas em conjunto	(225.984)	54.533
Ágio e deságio em transações de capital de controladas em conjunto	-	(4)
Reserva de Capital - reflexa	-	110
Resultado abrangente do exercício	<u>(208.359)</u>	<u>63.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EM PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital reflexa	Reservas de Lucros			Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	Ágio e deságio em transações de Capital	Lucros acumulados	Total
				legal	lucros a realizar	estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	86.791	27	17.240	1.731	12.255	86.872	293.989	(185)	-	498.720
Aumento de capital (nota 9 a)	1.812	-	-	-	-	(1.812)	-	-	-	-
Reserva de capital reflexa em controladas	-	-	(110)	-	-	-	-	-	-	(110)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	8.948	8.948
Ajuste reflexo de avaliação patrimonial de controladas	-	-	-	-	-	-	54.533	-	-	54.533
Ágio e deságio em transações de capital própria	-	-	-	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Dividendos pagos (nota 9 e)	-	-	-	-	(11.975)	-	-	-	-	(11.975)
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	448	-	-	-	-	(448)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	2.125	-	-	-	(2.125)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	6.375	-	-	(6.375)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	88.603	27	17.130	2.179	2.405	91.435	348.522	(189)	-	550.112
Aumento de capital (nota 9 a)	2.505	-	-	(2.179)	-	(326)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	17.625	17.625
Ajuste reflexo de avaliação patrimonial de controladas	-	-	-	-	-	-	(225.984)	-	-	(225.984)
Dividendos pagos (nota 9 e)	-	-	-	-	(2.405)	(4.368)	-	-	-	(6.773)
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	881	-	-	-	-	(881)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(488)	(488)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	3.698	-	-	-	(3.698)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	12.558	-	-	(12.558)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	91.108	27	17.130	881	3.698	99.299	122.538	(189)	-	334.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	17.625	8.948
Ajustes para reconciliação do lucro líquido do exercício		
Resultado de equivalência patrimonial	(17.761)	(9.029)
Juros e variações monetárias	66	24
Resultado ajustado	(70)	(57)
Aplicações financeiras	(413)	-
Tributos a compensar	28	(3)
Contas a pagar	-	-
Impostos e contribuições sociais a pagar	19	-
Outras obrigações	1	-
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades operacionais	(435)	(60)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Dividendos recebidos	6.520	11.976
Juros sobre capital próprio recebidos	871	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de investimentos	7.391	11.976
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Pagamento de dividendos	(6.773)	(11.975)
Juros sobre capital próprio	(488)	-
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de financiamentos	(7.261)	(11.975)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(305)	(59)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	434	493
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	129	434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 - Contexto

A EM Participações S.A. (“Companhia” ou “EM”), constituída em 16 de maio de 2005, com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de empresas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 30 de março de 2023.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 - Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia, são apresentadas em Reais (“moeda funcional”).

3- Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações contábeis da Companhia.

3.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 - Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, ela é reconhecida no resultado do exercício.

3.3 - Investimentos

Os investimentos em empresas controladas em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2).

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento nas controladas em conjunto é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária. A participação societária nas controladas em conjunto são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

As demonstrações contábeis das controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Os demais investimentos permanentes, quando existentes, são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização.

3.4 - Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As despesas com imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes. Estão reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5 – Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.6 - Distribuição de dividendos

A distribuição de resultados para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, quando assim deliberado pelos acionistas.

O estatuto social estabelece que os lucros apurados anualmente, através de deliberação dos acionistas, poderão ser: (i) distribuídos integralmente, (ii) retidos em contas de reservas de lucros específica ou (iii) capitalizados, sendo certo que aos acionistas será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

3.7 – Novas normas e interpretações

Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Norma ou interpretação	Descrição
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC 25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 - Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 A doação Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CPC 29 - Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos sobre a posição patrimonial e financeira e resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023

A Diretoria da Companhia está avaliando os impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

A EM Participações S.A utiliza certas premissas para fazer suas estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está contemplada abaixo.

(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos no País	129	434
	<u>129</u>	<u>434</u>

6 - Tributos a compensar

	2022	2022
IRPJ a compensar	75	96
CSLL a compensar	9	8
	<u>84</u>	<u>104</u>

7 - Partes relacionadas

Descrição	Ativo circulante	Passivo circulante		Resultado
	Dividendos a receber	JCP a pagar	Contas a pagar	Despesa financeira
Aleutas S.A	-	-	-	-
Bahia Holding S.A	118	-	-	-
Participações Industriais do Nordeste S.A	1.465	-	2	-
Acionistas pessoas físicas	-	1.033	-	(79)
Total em 31 de dezembro de 2022	1.583	1.033	2	(79)
Total em 31 de dezembro de 2021	823	955	2	(25)

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 – Investimentos – participação em controladas em conjunto

	Participações Industriais do Nordeste S/A	PIN Petroquímica Participações S/A	Aleutas S/A	Bahia Holding S/A	2022	2021
Informações relevantes em 31 de dezembro de 2022						
Quantidade de ações possuídas	15.734	8.454	8.380	11.831		
Participação - %	9,9970%	10,0392%	13,3016%	10,5597%		
Participação com base nas ações em circulação - %	10,1298%	11,1715%	14,9696%	12,0031%		
Capital social	628.204	152.037	136.644	166.585		
Patrimônio líquido ajustado	2.051.394	531.667	142.248	373.586		
Lucro do exercício	50.739	92.656	11.947	4.125		
Evolução dos investimentos						
No início do exercício	410.023	72.085	22.836	44.760	549.703	499.054
Resultado de equivalência patrimonial *	5.140	10.351	1.789	495	17.775	10.509
Resultado de equivalência patrimonial de exercícios anteriores	-	14	-	-	14	1.480
Dividendos a receber	- 1.466	-	-	- 118	- 1.583	- 823
Dividendos recebidos	- 900	- 2.234	- 2.814	-	- 5.948	- 11.976
Juros sobre capital próprio	-	-	- 616	-	- 616	-
Reserva de capital reflexa	-	-	-	-	-	110
Ágio e deságio em transações de capital	-	-	-	-	-	4
Ajustes de avaliação patrimonial	- 204.995	- 20.793	99	- 295	- 225.984	54.533
No fim do exercício	207.802	59.395	21.294	44.842	333.333	549.703

9 - Patrimônio Líquido

(a) Capital social

É representado, por R\$ 91.108 dividido em 9.152.393 ações ordinárias e 6 ações preferenciais, de valor igual, totalmente integralizadas e pertencentes a domiciliados no País.

Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital da Companhia sem emissão de novas ações, com a integralização do excesso de reserva de lucros no montante de R\$ 2.505.

(b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até atingir os limites fixados na legislação societária.

(c) Reserva de lucros a realizar

Constituída para evidenciar a parcela de lucros, provenientes do resultado de equivalência patrimonial da controlada em conjunto, ainda não realizada financeiramente.

(d) Reserva estatutária

Constituída com a totalidade do lucro remanescente após o pagamento de dividendos e das demais destinações, não podendo ultrapassar o capital social, e é destinada a assegurar investimentos em bens do ativo permanente e reforçar o capital de giro da Companhia.

(e) Remuneração dos acionistas

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei societária.

Em 2022 a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 6.773 (2021 - R\$ 11.975).

(f) Dividendos e apropriações dos lucros

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	17.625	8.948
Constituição de reserva legal, limitada a 20% do capital social (5%)	(881)	(448)
Lucro líquido após destinação da reserva legal	16.744	8.500
Dividendo mínimo obrigatório de 25 % sobre resultado não realizado, destinados para reserva de lucros a realizar	3.698	2.125
Juros sobre capital próprio, líquido de tributos, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	488	-

10 - Despesas gerais e administrativas por natureza

	2022	2021
Serviços terceirizados	(11)	(10)
Despesas de escritório	(12)	(10)
Despesas com publicação	-	(32)
Utilidades e serviços	(2)	(1)
Aluguéis e condomínio	(5)	(6)
	(30)	(59)

11 - Despesas tributárias

	2022	2021
COFINS sobre demais receitas	(48)	-
PIS sobre demais receitas	(10)	-
	(58)	-

12 - Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receita financeira		
Rentabilidade sobre aplicação financeira	19	-
Variação monetária sobre jcp a receber	3	-
Variação monetária sobre impostos federais	9	3
Total de receitas financeiras	31	3
Despesa financeira		
Variação monetária sobre jcp a pagar	(79)	25
Total das despesas financeiras	(79)	(25)
Total do resultado financeiro, líquido	(48)	(22)

13 - Provisão para contingências

Atualmente, a Companhia não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis.

14 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros

14.1 Gerenciamento de riscos

A EM Participações S.A está exposta aos riscos decorrentes de suas operações e considera como mais relevantes os riscos de mercado, de crédito, e de liquidez.

O objetivo do gerenciamento de riscos é proteger a Companhia em relação à variação de preço de moeda, câmbio e juros. Esses riscos podem ser gerenciados através da utilização de instrumentos financeiros para proteção disponíveis no mercado financeiro, tais como: swaps e contratos futuros de taxas de juros; termos, contratos futuros e opções de moeda; e termos, swap, contratos futuros e opções de mercadorias. As operações executadas no mercado de balcão são contratadas por meio de bancos nacionais e internacionais classificados como de baixo risco.

14.2 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

As atividades da EM Participações S.A. a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, podendo se utilizar de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, quando julgar necessário.

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a EM Participações S.A. não possui ativos ou passivos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Diretoria não espera nenhuma perda, não reconhecida, decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada levando em consideração as obrigações financeiras de curto prazo da EM. Essa previsão leva em consideração os fluxos de pagamento de dívidas, e se aplicável, o cumprimento de cláusulas restritivas e, se aplicável e exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa é investido em aplicações com alta liquidez, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data das demonstrações contábeis, a Companhia mantinha suas aplicações em fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata.

14.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

14.4 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 48/IFRS 9 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços): nível 2.
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis): nível 3.

A tabela abaixo apresenta os ativos mensurados pelo valor justo:

	2022	2021
	Nível 2	Nível 2
Caixa e equivalente de caixa	129	434
Aplicação Financeira	413	-
	<u>542</u>	<u>434</u>

15 – Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Diretores:

Eduardo Mariani Bittencourt – Diretor Presidente

Marcos Dreux Mariani – Diretor

Maria Leticia Dreux Mariani - Diretora

Contador

Mauro César Silva Cunha

CRC-RJ 60.128/O-0